

Tema: Portugal e o Estado Novo

Contexto	<p>Iniciada a 5 de Outubro de 1910, a 1ª República sucumbe ao golpe militar e à contestação que imperou na década de 20. Os factores dessa contestação fundamentam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Constante instabilidade governativa; lutas político-ideológicas permanentes no parlamento;▪ Várias conspirações de oposição ao regime;▪ Crise inflacionista do pós-guerra; Grave crise monetária em 1925/26; cresce o endividamento público;▪ Depauperamento da economia interna agravada pelos gastos da guerra;▪ Oposição das classes poderosas ao movimento operário; perda de apoio das classes médias empobrecidas; permanente agitação social;▪ Contexto internacional favorável às ditaduras: Primo de Rivera em Espanha; Mussolini em Itália. Incapacidade da I República em resolver a difícil situação económica e social;▪ Ação dos partidos monárquicos e de direita para derrubar o regime;▪ Receio do comunismo;▪ Formação de grupos armados;
Da ditadura militar ao Estado Novo	<p>Com o apoio das forças conservadoras, o general Gomes da Costa lidera um golpe militar que parte de Braga, apoiado por Mendes Cabeçadas, à maneira fascista, marcha sobre Lisboa e instaura a ditadura militar;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ O golpe recebeu o apoio dos monárquicos, da alta finança, da Igreja e dos integralistas lusitanos (adeptos do fascismo).▪ Foram tomadas as seguintes medidas:▪ Censura prévia à imprensa; dissolução do Congresso da República;▪ Extinção da Carbonária e da Confederação Geral do Trabalho; <p>1926 (17 de Junho) – Gomes da Costa afasta Mendes Cabeçadas e torna-se Presidente da República; 1926 (9 de Julho) – Óscar Carmona é eleito para a Presidência;</p> <p>Salazar é nomeado ministro das finanças em 1926 mas acaba por demitir-se 15 dias depois; volta ao ministério das finanças em 1928 para resolver a grande crise financeira do país (e que entretanto, no decurso da ditadura, se tinha agravado):</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Política fortemente repressiva; política de grande contenção e austeridade: aumento de impostos; redução da despesa pública; redução do deficit;▪ Equilibra o orçamento e estabiliza o escudo; resolve a dívida externa;▪ Nenhum ministro podia aumentar despesas sem o seu consentimento; <p>O sucesso no debelar da crise financeira garantiu-lhe grande prestígio, sendo nomeado, em 1932, para a chefia do governo. A partir de então inicia-se a estruturação de uma nova ordem política que consolidará o regime fascista em Portugal: O Estado Novo.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ 1930 – Fundação da União Nacional; promulgação do «Acto Colonial»;▪ Em 1933 – a provada a nova Constituição. Salazar passa a ser Presidente do Conselho;<ul style="list-style-type: none">▪ Diminuída a separação dos poderes entre os diferentes órgãos de Estado;▪ Diluído o parlamentarismo;▪ O documento institui um regime nacionalista, contra as inoportunas influências do estrangeiro;▪ Adoção do catolicismo como religião oficial do Estado;▪ Valorização do estilo de vida português – rural, modesto, honesto, trabalhador, temente a Deus, obediente à ordem estabelecida;▪ Diminuído o poder do Presidente da República, que se torna essencialmente uma figura representativa, Aumenta o poder do Presidente do Conselho;▪ 1933 – Início do ESTADO NOVO que se opõe ideologicamente ao Estado velho da I República;;▪ O Estado Novo, inspirado na ideologia fascista, integrou particularidades introduzidas por Salazar – assim, o regime fascista português acabou por ser designado de Salazarismo.▪ valores – Deus, Pátria, Família.

Culto do chefe	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O chefe era o intérprete do supremo interesse nacional, «Salvador da Pátria», «Guia da Nação»; ▪ Interveniente em todos os setores da vida nacional; ▪ Imagem presente em todos os locais; venerado pelas multidões; ▪ Contudo Salazar nunca assumiu o carácter militar dos seus congéneres, nunca adoptou farda. ▪ Optou pela discricção, austeridade, sobriedade, para impor a sua imagem. Nestas virtudes, sistematicamente propagandeadas, residiu o fundamento do seu carisma.
Partido Único	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para evitar a fragilização da Nação, foram suprimidos todos os partidos políticos; ▪ Em sua substituição, existia a União Nacional, partido único;
Conservadorismo e tradição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O regime repousou em valores e conceitos morais que jamais alguém deveria questionar: Deus, Pátria, Família, Autoridade, Paz Social, Hierarquia, Moralidade, Austeridade; ▪ Crítica à sociedade urbana e industrial; apelo ao mundo rural, refúgio seguro da virtude e da moralidade; ▪ Protegeu a religião católica; o Santuário de Fátima era o espaço privilegiado para a exibição da ligação entre o Estado e a Igreja; ▪ Considerava-se que a verdadeira família portuguesa era a família católica de moralidade austera, repelindo os vícios da civilização moderna; ▪ Redução da mulher a um papel submisso e passivo; a mulher modelo é a esposa, feminina, carinhosa, sacrificada, virtuosa; o trabalho fora do lar constituía um atentado à integridade familiar, ▪ Eram repelidas toda as influências estrangeiras;
Nacionalismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolveu-se uma campanha de exaltação dos valores nacionais, consagração dos heróis e do passado glorioso de Portugal; ▪ Promovia-se a ideia de acção evangelizadora e de integração racial levadas a cabo no Império Colonial; ▪ Valorização das produções culturais nacionais; aversão à modernidade estrangeira; ▪ Defesa do nacionalismo: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação»; ▪ A Nação era concebida como todo orgânico e não um conjunto de indivíduos isolados (logo, os interesses da Nação sobrepõem-se aos do indivíduo, os partidos políticos não fazem sentido e desagregam a Nação)
Antiliberal, antidemocrático, anti parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recusa das liberdades individuais e da igualdade de todos à nascença; ▪ Contra a democracia parlamentar, causadora do caos vivido no tempo da República; ▪ Contra a existência de divisão de poderes, tal como o liberalismo político consagrara, o poder executivo tinha de ser forte e autoritário: segundo a constituição de 1933, o poder do Presidente da República está absolutamente dissociado do parlamento; o Presidente do Conselho, chefe do executivo, tem poder de legislar; a Assembleia Nacional limitava-se à discussão das propostas de lei;
Enquadramento das massas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência do partido único – A União Nacional; ▪ Milícia armada para defesa do regime – Legião Portuguesa; ▪ Formação ideológica da juventude – Mocidade Portuguesa; ▪ Corporações – controlo dos trabalhadores; ▪ FNAT (Federação Nacional Para a Alegria no Trabalho) – para a organização do tempo livre dos trabalhadores e promoção dos valores do regime; ▪ Para incutir nas famílias os valores do Estado Novo, criou-se a «Obras das Mães para a Educação Nacional» Controlo do ensino, expulsão dos professores oposicionistas, adopção de livros únicos que promoviam os ideais do regime;
Aparelho repressivo do Estado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direitos e liberdades individuais subordinados ao interesse do Estado; ▪ Instituição da Censura Prévia – vigilância sobre todas as produções intelectuais, escritas, ou audiovisuais – correspondendo a uma verdadeira ditadura intelectual; ▪ Criação da polícia política – PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado); que depois dá origem à PIDE em 1945 (Polícia Internacional de Defesa do Estado); perseguições, tortura e assassinato dos oposicionistas, sobretudo militantes e simpatizantes do partido comunista; ▪ Instauração de um clima de terror; ▪ Existência de uma rede de informadores ao serviço da polícia política; ▪ Prisões especiais para políticos: Caxias, Peniche; ▪ Campos de Concentração – Tarrafal (Cabo Verde); S. Nicolau (Angola);

Uma economia submetida aos imperativos políticos:

<p>Intervencionismo e Autarcia</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo económico fortemente intervencionista e autárcico – para Salazar, o fomento económico devia ser orientado e dinamizado pelo Estado, sujeitando-se toda as actividades aos interesses da Nação: “o Estado tem o direito e a obrigação de coordenar superiormente a vida económica e social” (art.º 31 da Constituição de 1933). ▪ Abandono do liberalismo económico; ▪ Adopção de um modelo de dirigismo estatal, patente nas políticas financeira, agrícola, de obras públicas, industrial e colonial adoptadas; o mesmo pendor intervencionista ressalta da organização da economia em moldes corporativos. ▪ Promove-se o protecionismo e intervencionismo; ▪ Promove-se a auto-suficiência e a afirmação do nacionalismo económico.
<p>Estabilidade financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salazar associa a uma política de limitação de despesas, o aumento de impostos para fortalecimento das receitas (imposto complementar sobre os rendimentos, imposto profissional sobre salários e rendimentos das profissões liberais, imposto de salvação pública sobre os funcionários públicos, taxa de salvação nacional sobre o consumo do açúcar, gasolina e óleos minerais leves; ▪ Aumento das tarifas alfandegárias; ▪ O designado «milagre financeiro» de Salazar deveu-se também aos condicionalismos externos: aproveitar a neutralidade portuguesa na II Guerra, evitando os gastos de guerra, fortalecendo as exportações fornecendo aos países beligerantes o que necessitavam (volfrâmio, indústrias de conserva, têxteis ligados ao fardamento); ▪ De forma a manipular a informação, e para demonstrar a redução do défice, Salazar inclui nas receitas do Estado os pedidos de empréstimo ao exterior (dado recusado pela SDN); ▪ As reservas do ouro aumentaram e o escudo fortaleceu-se;
<p>Defesa da Ruralidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salazar entendia que a agricultura era o meio de atingir a auto-suficiência; j ▪ Submetido aos interesses dos grandes agrários, levou a cabo um conjunto de medidas de fomento das actividades agrícolas: construção de infra-estruturas (barragens para a irrigação dos campos), recuperação de campos agrícolas, políticas de fixação de populações no interior rural, dinamização da produção dos bem tradicionais (batata, arroz, vinho, azeite, frutas), amplas campanhas de desflorestação; arborização de outras zonas, lançamento das campanhas do trigo no sul.
<p>Obras Públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A política de obras públicas recebeu um impulso notável com a <i>Lei de Regeneração Económica</i> (1930). Pretendia-se dar uma imagem de modernização e resolver o problema do desemprego. ▪ Melhorou-se a rede de estradas, pontes (Ponte 25 de Abril, então Ponte Salazar e Ponte da Arrábida) portos marítimos, rede telefónica nacional, grandes complexos desportivos (Estádio do Jamor), complexos hidroeléctricos, edifícios de serviço público (prisões, tribunais, escolas, quartéis, hospitais, bairros operários, estaleiros navais); ▪ Expansão da electrificação do país; expansão das redes telegráfica e telefónica; ▪ Deu-se particular atenção aos monumentos históricos; ▪ Ao programa de obras públicas do Estado Novo, nas décadas de 30 e 40, ficou ligada a figura de Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas em 1932-36 e em 1938-1943. ▪ As obras públicas acabaram por ser o grande legado do Estado Novo.
<p>Condicionamento industrial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Num país de exagerado ruralismo, a indústria não constituiu a prioridade do Estado. ▪ Entre 1930 e 1950, a população activa empregue na indústria cresceu pouco, continuando a maioria dos trabalhadores a concentrar-se na actividade agrícola. ▪ O débil crescimento verificado poder-se-á explicar pela política de condicionamento industrial concretizado entre 1931 e 1937 – as iniciativas empresariais deviam de se enquadrar num modelo cujas linhas de força competia ao Estado definir: qualquer indústria necessitava de prévia autorização do Estado para se instalar, reabrir, efectuar ampliações, mudar de lugar, ser vendida a estrangeiros ou até para comprar máquinas. ▪ O condicionamento industrial acabou por moldar a estrutura da indústria, criando obstáculos à modernização: insuficientes comunicações, tecnologia arcaica, baixos níveis de produtividade, dependência das importações, falta de iniciativa, baixos salários. ▪ Apesar dos bloqueios, em sectores que mobilizavam maiores capitais (caso dos adubos, cimentos, químicas inorgânicas, cervejas, tabacos, fósforos) o condicionamento fomentou a formação de concentrações e monopólios (caso da CUF), na medida em que limitou severamente a concorrência.

<p style="text-align: center;">Corporativização dos sindicatos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantinham-se enormes constrangimentos: carácter ruralista do regime, excessiva presença do Estado, ▪ Contrário à desordem económica e social, provocada pelos excessos da concorrência liberal e pela luta de classes, o Estado Novo, inspirado na <i>Carta do Trabalho</i> italiana, publicou, em 1933, o <i>Estatuto do Trabalho Nacional</i>, diploma que definia a organização corporativa do Estado. ▪ Proibição dos sindicatos; ▪ Organização de toda a actividade económica em corporações: criação dos sindicatos nacionais (para os trabalhadores) e os grémios (para os patrões); O Estado é que superintendia e intermediava a negociação; eliminava-se assim a tensão social e a instabilidade; ▪ Existiam ainda as Casas do Povo (congregavam patrões e trabalhadores rurais) e as Casas dos Pescadores (congregavam pescadores e os seus empresários); ▪ Existiam ainda as corporações com carácter moral, para fins de assistência e caridade; as corporações intelectuais, com objectivos científicos, literários, artísticos para controlo dos intelectuais; ▪ Estas formas de associação eram organizadas, num segundo nível, em federações e uniões e daí era eleitos representantes para a «Câmara Corporativa», órgão consultivo que emite pareceres sobre projectos de lei do Governo.
<p style="text-align: center;">Política colonial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O «Acto Colonial» promulgado em 1930, afirmava a missão histórica de Portugal possuir e colonizar territórios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas. Os territórios ultramarinos eram considerados possessões imperiais inalienáveis. Em consequência deste pressuposto, reforçou-se a tutela metropolitana sobre as colónias. Insistiu-se na fiscalização da metrópole sobre os governadores coloniais e no estabelecimento de uma regime económico de tipo "pacto colonial", segundo o qual caberia às colónias ser um mero fornecedor de matérias-primas para a indústria metropolitana que obtinha escoamento garantido nos mercados coloniais. ▪ Simultaneamente, inculcia-se no povo português uma mística imperial que uma série de congressos, conferências e exposições ajudaria a propagandear, como por exemplo, a <i>Exposição Colonial Portuguesa</i>, realizada no Porto em 1934, e a <i>Exposição do Mundo Português</i>, realizada em Lisboa em 1940. ▪ Se em termos de imaginário colectivo, o Estado promovia e valorizava o papel das colónias, o mesmo não se passava em termos económicos, pois as colónias não eram vistas como um espaço atractivo para possíveis investimentos nas décadas de 30 e 40.
<p style="text-align: center;">A política cultural do Regime:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O projecto cultural também foi submetido aos imperativos políticos; ▪ O Estado Novo concebeu um projecto totalizante que fez de artistas e escritores instrumentos privilegiados da inculcação e da propaganda do seu ideário. Esse projecto cultural, a que se chamou «<i>política do espírito</i>», pretendia elevar a mente dos Portugueses e alimentar a sua alma. ▪ A liberdade criativa deu lugar à criação artística e literária fortemente condicionada pelos interesses políticos e subordinada à censura; evitar excessos intelectuais que pusessem em causa a coesão nacional; dinamizar uma produção que propagandearia o Estado Novo. ▪ Foi instituído o «Secretariado da Propaganda Nacional», tutelado por António Ferro, fascista convicto, patrocinador do movimento modernista português; a sua função essencial foi mediatizar o regime. ▪ Ao Secretariado coube conciliar a estética moderna com os interesses do Estado, garantindo a inculcação dos seguintes ideais: amor à Pátria, culto do passado glorioso, consagração da ruralidade, virtudes da família, alegria no trabalho, culto do chefe, confiança no progresso. A sua acção foi muito limitada no domínio literário, mas conseguiu alguns adeptos nas artes plásticas, bailado, cinema e teatro. ▪ A Exposição do Mundo Português, do ponto de vista propagandístico, foi um dos momentos cimeiros desse esforço de exaltação nacional. No Restelo, lugar simbólico de onde partiam as caravelas, ergueram vários pavilhões comemorando os momentos históricos que decisivamente tinham contribuído para a fundação e consolidação do Império Português. As comemorações centenárias e a Exposição do Mundo Português, congregaram intelectuais e artistas (António Ferro, Cotinelli Telmo, Manuel Múrias, Júlio Dantas, Duarte Pacheco, Raul Lino, Reinaldo dos Santos, etc.) que consagraram imagens e palavras para a ideologia e para a cultura do regime: "Raça", "Pátria", "História", "Heróis" ou "Império". ▪ O Estado passou a ser o grande investidor na área da cultura, empregando os artistas, num país sem mercado cultural. A queda dos fascismos, a partir de 1945 veio por em causa este grande projecto que fica sem adeptos, incapaz de enquadrar as novas gerações de artistas.